



VITÓRIA DA CONQUISTA-BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BAHIA

PROFESSOR FUNDAMENTAL II NÍVEL II
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

- ▶ Língua portuguesa
- ▶ Raciocínio Lógico
- ▶ Noções de Informática
- ▶ Conhecimentos Gerais e Atualidades
- ▶ Noções de Administração Pública e Legislação Municipal
- ▶ Conhecimentos Específicos

INCLUI QUESTÕES GABARITADAS

**EDITAL DE PROCESSO SELETIVO
SIMPLIFICADO N° 002/2026**



41
ANOS
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

BÔNUS

ÁREA DO
CONCURSEIRO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



AVISO IMPORTANTE:

Este é um Material de Demonstração

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa.**

POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- × Questões gabaritadas
- × Diferentes práticas que otimizam seus estudos

Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da **APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:
<https://www.editorasolucao.com.br/>



VITÓRIA DA CONQUISTA - BA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA
CONQUISTA - BAHIA

Professor Fundamental
II Nível II- Atendimento
Educativo Especializado
– AEE

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO
Nº 002/2026

CÓD: SL-145AB-26
7908433296294

Língua Portuguesa

1. Compreensão e interpretação de texto	9
2. Tipologia e gêneros textuais	12
3. Figuras de linguagem	20
4. Significação de palavras e expressões; Relações de sinonímia e de antonímia	22
5. Ortografia.....	24
6. Acentuação gráfica.....	26
7. Uso da crase.....	28
8. Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto; Locuções verbais (perífrases verbais).....	29
9. Funções do “que” e do “se”	39
10. Elementos de comunicação e funções da linguagem	40
11. Domínio dos mecanismos de coesão textual: emprego de elementos de referência, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual; emprego de tempos e modos verbais	44
12. Domínio dos mecanismos de coerência textual	45
13. Reescrita de frases e parágrafos do texto: significação das palavras.....	46
14. Substituição de palavras ou de trechos de texto	50
15. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; Sintaxe: relações sintático-semânticas estabelecidas na oração e entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação)	50
16. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade.....	54
17. Concordância verbal e nominal	55
18. Regência verbal e nominal.....	58
19. Colocação pronominal	61
20. Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.....	62
21. Função textual dos vocábulos.....	64
22. Variação linguística	69

Raciocínio Lógico

1. Resolução de problemas envolvendo frações.....	77
2. Conjuntos.....	80
3. Porcentagens	85
4. Sequências (com números, com figuras, de palavras)	87
5. Raciocínio lógico-matemático: proposições, conectivos, equivalência e implicação lógica	89
6. Argumentos válidos	97

Noções de Informática

1. Conceitos e fundamentos básicos	107
2. Conhecimento e utilização dos principais softwares utilitários (compactadores de arquivos, chat, clientes de e-mails, reprodutores de vídeo, visualizadores de imagem, antivírus)	108
3. Conceitos básicos de Hardware (Placa mãe, memórias, processadores (CPU). Periféricos de computadores.....	109

ÍNDICE

1. Ambientes operacionais: utilização básica dos sistemas operacionais Windows 7 e Windows 10	112
2. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote Microsoft Office (Word, Excel e PowerPoint) - versões 2010, 2013 e 2016	139
3. Utilização de ferramentas de texto, planilha e apresentação do pacote LibreOffice (Writer, Calc e Impress) - versões 5 e 6	205
4. Conceitos de tecnologias relacionadas à Internet, busca e pesquisa na Web. Navegadores de internet: Internet Explorer, Mozilla Firefox, Google Chrome.....	218
5. Conceitos básicos de segurança na Internet e vírus de computadores	223

Conhecimentos Gerais e Atualidades

1. Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política e Econômica do Município de Vitória da Conquista - BA; Acontecimentos históricos e evolução do município de Vitória da Conquista - BA, sua subdivisão e/ou fronteiras.....	235
---	-----

Noções de Administração Pública e Legislação Municipal

1. Desafios e perspectivas da Administração Pública Contemporânea	243
2. Gestão por competências na Administração Pública; Características, princípios e organização da Administração Pública	247
3. Modelos teóricos de Administração Pública; Evolução da Administração Pública no Brasil	249
4. Controle da Administração Pública	253
5. Lei Orgânica de Vitória da Conquista	256
6. Lei Complementar Nº 1.786, de 16 de dezembro de 2011 - Dispõe Sobre O Regime Jurídico Único Dos Servidores Públicos Do Município De Vitória Da Conquista	282
7. Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS (Lei no 8.742/1993 e suas alterações)	309
8. Desafios e perspectivas da Administração Pública Contemporânea	320
9. Lei nº 1.760, de 27 de junho de 2011 - Dispõe sobre o Plano de Carreira e Remuneração dos Servidores da Administração Direta, das Autarquias e Fundações Públicas do Município de Vitória da Conquista, e dá outras providências	325
10. LGPD	329
11. Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 - Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências	343
12. Declaração Universal dos Direitos Humanos	352
13. Declaração Universal dos Direitos das Crianças (UNICEF)	355
14. Noções sobre a Política Nacional de Assistência Social	364
15. Noções Básicas sobre Relações Humanas.....	369
16. Concepção de Protagonismo Juvenil	374
17. Conhecimento sobre desenvolvimento humano: Compreender as diferentes fases do desenvolvimento humano e as necessidades específicas de cada faixa etária.....	374
18. Noções de psicologia e comportamento humano	379
19. Noções sobre projetos de intervenção social	384

Conhecimentos Específicos

Professor Fundamental II Nível II - Atendimento Educacional Especializado – AEE

1. Fundamentos da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva: contextualização histórica, princípios, concepções e políticas educacionais.....	387
2. Público-alvo da Educação Especial: deficiência física/neuromotora, deficiência visual, deficiência auditiva, surdocegueira, deficiência intelectual, Transtorno do Espectro Autista (TEA) e altas habilidades/superdotação	392
3. Atendimento Educacional Especializado (AEE): fundamentos, organização, planejamento pedagógico e articulação com o ensino comum	396
4. Legislação e políticas públicas de Educação Especial e Educação Inclusiva no Brasil	399
5. Currículo e inclusão: flexibilização curricular, adaptação curricular, avaliação da aprendizagem e práticas pedagógicas inclusivas.....	406
6. Didática e metodologias na educação inclusiva: metodologias ativas, mediação pedagógica, práticas colaborativas e estratégias de ensino para estudantes público-alvo da Educação Especial	409
7. Tecnologia Assistiva e acessibilidade educacional: recursos, serviços, tecnologias digitais, desenho universal para aprendizagem (DUA) e recursos pedagógicos acessíveis	412
8. Formação docente e práticas pedagógicas na educação inclusiva	416
9. Relação escola–família e processos de inclusão escolar	419

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTO

DIFERENÇA ENTRE COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO

A compreensão e a interpretação de textos são habilidades interligadas, mas que apresentam diferenças claras e que devem ser reconhecidas para uma leitura eficaz, principalmente em contextos de provas e concursos públicos.

Compreensão refere-se à habilidade de entender o que o texto comunica de forma explícita. É a identificação do conteúdo que o autor apresenta de maneira direta, sem exigir do leitor um esforço de interpretação mais aprofundado. Ao compreender um texto, o leitor se concentra no significado das palavras, frases e parágrafos, buscando captar o sentido literal e objetivo daquilo que está sendo dito. Ou seja, a compreensão é o processo de absorver as informações que estão na superfície do texto, sem precisar buscar significados ocultos ou inferências.

► Exemplo de compreensão:

Se o texto afirma: “Jorge era infeliz quando fumava”, a compreensão dessa frase nos leva a concluir apenas o que está claramente dito: Jorge, em determinado período de sua vida em que fumava, era uma pessoa infeliz.

Por outro lado, a **interpretação** envolve a leitura das entrelinhas, a busca por sentidos implícitos e o esforço para compreender o que não está diretamente expresso no texto. Essa habilidade requer do leitor uma análise mais profunda, considerando fatores como contexto, intenções do autor, experiências pessoais e conhecimentos prévios. A interpretação é a construção de significados que vão além das palavras literais, e isso pode envolver deduzir informações não explícitas, perceber ironias, analogias ou entender o subtexto de uma mensagem.

► Exemplo de interpretação

Voltando à frase “Jorge era infeliz quando fumava”, a interpretação permite deduzir que Jorge provavelmente parou de fumar e, com isso, encontrou a felicidade. Essa conclusão não está diretamente expressa, mas é sugerida pelo contexto e pelas implicações da frase.

Em resumo, a compreensão é o entendimento do que está no texto, enquanto a interpretação é a habilidade de extrair do texto o que ele não diz diretamente, mas sugere. Enquanto a compreensão requer uma leitura atenta e literal, a interpretação exige uma leitura crítica e analítica, na qual o leitor deve conectar ideias, fazer inferências e até questionar as intenções do autor.

Ter consciência dessas diferenças é fundamental para o sucesso em provas que avaliam a capacidade de lidar com textos, pois, muitas vezes, as questões irão exigir que o candidato saiba identificar informações explícitas e, em outras ocasiões, que ele demonstre a capacidade de interpretar significados mais profundos e complexos.

TIPOS DE LINGUAGEM

Para uma interpretação de textos eficaz, é fundamental entender os diferentes tipos de linguagem que podem ser empregados em um texto. Conhecer essas formas de expressão ajuda a identificar nuances e significados, o que torna a leitura e a interpretação mais precisas. Há três principais tipos de linguagem que costumam ser abordados nos estudos de Língua Portuguesa: a linguagem verbal, a linguagem não-verbal e a linguagem mista (ou híbrida).

► Linguagem Verbal

A linguagem verbal é aquela que utiliza as palavras como principal meio de comunicação. Pode ser apresentada de forma escrita ou oral, e é a mais comum nas interações humanas. É por meio da linguagem verbal que expressamos ideias, emoções, pensamentos e informações.

Exemplos:

- Um texto de livro, um artigo de jornal ou uma conversa entre duas pessoas são exemplos de linguagem verbal.
- Quando um autor escreve um poema, um romance ou uma carta, ele está utilizando a linguagem verbal para transmitir sua mensagem.

Na interpretação de textos, a linguagem verbal é a que oferece o conteúdo explícito para compreensão e análise. Portanto, ao se deparar com um texto em uma prova, é a partir da linguagem verbal que se começa o processo de interpretação, analisando as palavras, as estruturas frasais e a coesão do discurso.

► Linguagem Não-Verbal

A linguagem não-verbal é aquela que se comunica sem o uso de palavras. Ela faz uso de elementos visuais, como imagens, cores, símbolos, gestos, expressões faciais e sinais, para transmitir mensagens e informações. Esse tipo de linguagem é extremamente importante em nosso cotidiano, já que muitas vezes as imagens ou os gestos conseguem expressar significados que palavras não conseguem capturar com a mesma eficiência.

Exemplos:

- Uma placa de trânsito que indica “pare” por meio de uma cor vermelha e um formato específico.
- As expressões faciais e gestos durante uma conversa ou em um filme.
- Uma pintura, um logotipo ou uma fotografia que transmitam sentimentos, ideias ou informações sem o uso de palavras.

No contexto de interpretação, a linguagem não-verbal exige do leitor uma capacidade de decodificar mensagens que não estão escritas. Por exemplo, em uma prova que apresenta uma charge ou uma propaganda, será necessário interpretar os elementos visuais para compreender a mensagem que o autor deseja transmitir.

► **Linguagem Mista (ou Híbrida)**

A linguagem mista é a combinação da linguagem verbal e da linguagem não-verbal, ou seja, utiliza tanto palavras quanto imagens para se comunicar. Esse tipo de linguagem é amplamente utilizado em nosso dia a dia, pois permite a transmissão de mensagens de forma mais completa, já que se vale das características de ambas as linguagens.

Exemplos:

- Histórias em quadrinhos, que utilizam desenhos (linguagem não-verbal) e balões de fala (linguagem verbal) para narrar a história.
- Cartazes publicitários que unem imagens e slogans para atrair a atenção e transmitir uma mensagem ao público.
- As apresentações de slides que combinam texto e imagens para tornar a explicação mais clara e interessante.

A linguagem mista exige do leitor uma capacidade de integrar informações provenientes de diferentes fontes para construir o sentido global da mensagem. Em uma prova, por exemplo, é comum encontrar questões que apresentam textos e imagens juntos, exigindo que o candidato compreenda a interação entre a linguagem verbal e não-verbal para interpretar corretamente o conteúdo.

INTERTEXTUALIDADE

A intertextualidade é um conceito fundamental para quem deseja compreender e interpretar textos de maneira aprofundada. Trata-se do diálogo que um texto estabelece com outros textos, ou seja, a intertextualidade ocorre quando um texto faz referência, de maneira explícita ou implícita, a outro texto já existente. Esse fenômeno é comum na literatura, na publicidade, no jornalismo e em diversos outros tipos de comunicação.

► **Definição de Intertextualidade**

Intertextualidade é o processo pelo qual um texto se relaciona com outro, estabelecendo uma rede de significados que enriquece a interpretação. Ao fazer referência a outro texto, o autor cria um elo que pode servir para reforçar ideias, criticar, ironizar ou até prestar uma homenagem. Essa relação entre

textos pode ocorrer de várias formas e em diferentes graus de intensidade, dependendo de como o autor escolhe incorporar ou dialogar com o texto de origem.

O conceito de intertextualidade sugere que nenhum texto é completamente original, pois todos se alimentam de outros textos e discursos que já existem, criando um jogo de influências, inspirações e referências. Portanto, a compreensão de um texto muitas vezes se amplia quando reconhecemos as conexões intertextuais que ele estabelece.

► **Tipos de Intertextualidade**

A intertextualidade pode ocorrer de diferentes formas. Aqui estão os principais tipos que você deve conhecer:

▪ **Citação:** É a forma mais explícita de intertextualidade. Ocorre quando um autor incorpora, de forma literal, uma passagem de outro texto em sua obra, geralmente colocando a citação entre aspas ou destacando-a de alguma maneira.

▪ **Exemplo:** Em um artigo científico, ao citar um trecho de uma obra de um pesquisador renomado, o autor está utilizando a intertextualidade por meio da citação.

▪ **Paráfrase:** Trata-se da reescritura de um texto ou trecho de forma diferente, utilizando outras palavras, mas mantendo o mesmo conteúdo ou ideia central do original. A paráfrase respeita o sentido do texto base, mas o reinterpreta de forma nova.

▪ **Exemplo:** Um estudante que lê um poema de Carlos Drummond de Andrade e reescreve os versos com suas próprias palavras está fazendo uma paráfrase do texto original.

▪ **Paródia:** Nesse tipo de intertextualidade, o autor faz uso de um texto conhecido para criar um novo texto, mas com o objetivo de provocar humor, crítica ou ironia. A paródia modifica o texto original, subvertendo seu sentido ou adaptando-o a uma nova realidade.

▪ **Exemplo:** Uma música popular que é reescrita com uma nova letra para criticar um evento político recente é um caso de paródia.

▪ **Alusão:** A alusão é uma referência indireta a outro texto ou obra. Não é citada diretamente, mas há indícios claros que levam o leitor a perceber a relação com o texto original.

▪ **Exemplo:** Ao dizer que “este é o doce momento da maçã”, um texto faz alusão à narrativa bíblica de Adão e Eva, sem mencionar explicitamente a história.

▪ **Pastiche:** É um tipo de intertextualidade que imita o estilo ou a forma de outro autor ou obra, mas sem a intenção crítica ou irônica que caracteriza a paródia. Pode ser uma homenagem ou uma maneira de incorporar elementos de uma obra anterior em um novo contexto.

▪ **Exemplo:** Um romance que adota o estilo narrativo de um clássico literário como “Dom Quixote” ou “A Divina Comédia” para contar uma história contemporânea.

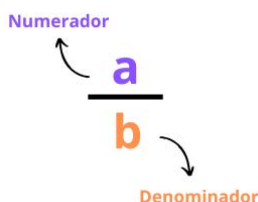
RACIOCÍNIO LÓGICO

RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS ENVOLVENDO FRAÇÕES

NÚMEROS FRACIONÁRIOS

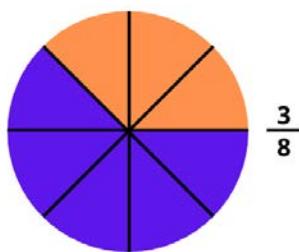
Os números fracionários são uma forma de representar quantidades que estão divididas em partes iguais. Eles permitem descrever valores que não podem ser expressos como números inteiros, como a metade de um objeto. Por meio das frações, é possível medir, dividir, comparar e operar com quantidades que representam porções de um todo.

Uma fração é expressa como dois números separados por uma barra:



- O **numerador** indica quantas partes estão sendo consideradas.
- O **denominador** indica em quantas partes o todo foi dividido.

Ex.: Uma pizza dividida em 8 partes, se comemos 3, representamos isso pela fração $3/8$



► Nomenclatura das Frações

A nomenclatura das frações varia de acordo com o denominador, definindo como elas são lidas e interpretadas.

- **Denominadores de 2 a 10:** São chamados, respectivamente, de meios, terços, quartos, quintos, sextos, sétimos, oitavos, nonos e décimos. Exemplo: $3/8$ lê-se “três oitavos”.
- **Denominadores que são potências de 10:** Esses recebem nomes específicos, como décimos, centésimos, milésimos, etc. Exemplo: $2/100$ lê-se “dois centésimos”.
- **Denominadores diferentes dos citados:** Para outros denominadores, usamos a palavra “avos”. Exemplo: $25/49$ lê-se “vinte e cinco quarenta e nove avos”.

► Tipos de Frações

Frações podem ser classificadas conforme sua relação entre numerador e denominador:

- **Frações Próprias:** O numerador é menor que o denominador. Exemplo: $3/8$. Representa uma quantidade menor que 1.

▪ **Frações Impróprias:** O numerador é maior ou igual ao denominador. Exemplo: $9/7$. Representa uma quantidade maior ou igual a 1.

▪ **Frações Aparentes:** O numerador é múltiplo do denominador, representando um número inteiro. Exemplo: $8/4 = 2$.

▪ **Frações Equivalentes:** Frações equivalentes representam a mesma quantidade, mesmo que numerador e denominador sejam diferentes. Para encontrar frações equivalentes, basta multiplicar ou dividir ambos os termos pelo mesmo número diferente de zero.

Exemplo:

$$\frac{1}{2} = \frac{2}{4} = \frac{3}{6} = \frac{4}{8}$$

Podemos observar que, apesar de numeradores e denominadores serem diferentes em cada caso, todas as frações representam exatamente a mesma porção do todo: metade.

Abaixo, a figura ilustra essa equivalência visualmente,



▪ **Números Mistos:** Um número misto combina uma parte inteira com uma parte fracionária. Ele é especialmente útil para representar frações impróprias de forma mais clara e intuitiva. Exemplo: a fração imprópria $11/4$ pode ser escrita como o número misto $2\frac{3}{4}$. Isso significa que há 2 unidades inteiras e uma fração restante equivalente a $3/4$.

► **Propriedade Fundamental da Fração**

A propriedade fundamental da fração afirma que, ao multiplicar ou dividir o numerador e o denominador de uma fração por um mesmo número diferente de zero, o valor da fração permanece inalterado.

Exemplo:

$$\frac{2}{3} = \frac{2 \times 2}{3 \times 2} = \frac{4}{6}$$

O mesmo princípio se aplica à simplificação:

$$\frac{8}{12} = \frac{8 \div 4}{12 \div 4} = \frac{2}{3}$$

► **Simplificação de Frações**

A simplificação de uma fração é o processo de reduzir seus termos (numerador e denominador) até a forma mais simples possível, sem alterar seu valor. Para isso, basta identificar números que sejam divisores comuns de ambos os termos e realizar as divisões sucessivamente. Esse processo é repetido até que nenhum número, além de 1, possa dividir tanto o numerador quanto o denominador.

Exemplo: Simplifique a fração $\frac{36}{48}$.

Primeiro dividimos o numerador e o denominador por 2:

$$\frac{36 \div 2}{48 \div 2} = \frac{18}{24}$$

Dividimos novamente por 2:

$$\frac{18 \div 2}{24 \div 2} = \frac{9}{12}$$

Por fim, dividimos por 3:

$$\frac{9 \div 3}{12 \div 3} = \frac{3}{4}$$

Portanto, a fração $36/48$ simplificada é $3/4$.

► **Comparação de Frações**

Ao comparar frações, é necessário verificar qual é maior ou menor. Há dois métodos principais:

▪ **Frações com mesmo denominador:** Compare os numeradores. A fração com maior numerador é maior. Exemplo: $3/8$ é menor que $5/8$ porque $3 < 5$.

▪ **Frações com denominadores diferentes:** Multiplique cruzadamente os numeradores pelos denominadores. Compare os resultados. O maior produto indica a fração maior.

Exemplo: Comparar $3/4$ e $5/6$.

Primeiro a multiplicação cruzada $3 \times 6 = 18$ e $5 \times 4 = 20$. Como $20 > 18$, $5/6$ é maior que $3/4$.

► **Transformação de Fração em Número Decimal**

Para transformar uma fração em número decimal, basta dividir o numerador pelo denominador. Esse processo converte a fração para a forma decimal, facilitando comparações e cálculos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS E FUNDAMENTOS BÁSICOS

Noções de informática

A informática, ou ciência da computação, é a área dedicada ao processamento automático da informação por meio de sistemas computacionais. Seu nome, derivado da fusão das palavras “informação” e “automática”, reflete o objetivo principal: utilizar computadores e algoritmos para tratar, armazenar e transmitir dados de forma eficiente e precisa.

A evolução da informática começou com dispositivos de cálculo simples, como o ábaco, e avançou significativamente ao longo dos séculos. No século 17, Blaise Pascal criou a Pascaline, uma das primeiras calculadoras mecânicas. Já no século 19, Charles Babbage projetou a Máquina Analítica, precursora dos computadores modernos. Ada Lovelace, sua colaboradora, escreveu o primeiro algoritmo destinado a ser executado por uma máquina, tornando-se a primeira programadora da história.

No século 20, a informática passou por transformações revolucionárias. Surgiram os primeiros computadores eletrônicos, como o ENIAC, que usava válvulas para realizar cálculos em grande velocidade. A invenção do transistor e dos circuitos integrados possibilitou a criação de computadores menores e mais rápidos, e, com a chegada dos microprocessadores, os computadores pessoais começaram a se popularizar.

Hoje, a informática permeia praticamente todos os aspectos da vida cotidiana, desde smartphones até sistemas avançados de inteligência artificial. A área segue em constante inovação, impulsionando mudanças significativas em como nos comunicamos, trabalhamos e interagimos com o mundo ao nosso redor.

Fundamentos de Informática

▪ **Computador:** é uma máquina capaz de receber, armazenar, processar e transmitir informações. Os computadores modernos são compostos por hardware (componentes físicos, como processador, memória, disco rígido) e software (programas e sistemas operacionais).

▪ **Hardware e Software:** hardware refere-se aos componentes físicos do computador, enquanto o software refere-se aos programas e aplicativos que controlam o hardware e permitem a execução de tarefas.

▪ **Sistema Operacional:** é um software fundamental que controla o funcionamento do computador e fornece uma interface entre o hardware e os programas. Exemplos de sistemas operacionais incluem Windows, macOS, Linux, iOS e Android.

▪ **Periféricos:** são dispositivos externos conectados ao computador que complementam suas funcionalidades, como teclado, mouse, monitor, impressora, scanner, alto-falantes, entre outros.

▪ **Armazenamento de Dados:** refere-se aos dispositivos de armazenamento utilizados para guardar informações, como discos rígidos (HDs), unidades de estado sólido (SSDs), pen drives, cartões de memória, entre outros.

▪ **Redes de Computadores:** são sistemas que permitem a comunicação entre computadores e dispositivos, permitindo o compartilhamento de recursos e informações. Exemplos incluem a Internet, redes locais (LANs) e redes sem fio (Wi-Fi).

▪ **Segurança da Informação:** Refere-se às medidas e práticas utilizadas para proteger os dados e sistemas de computadores contra acesso não autorizado, roubo, danos e outros tipos de ameaças.

Tipos de computadores

▪ **Desktops:** são computadores pessoais projetados para uso em um único local, geralmente composto por uma torre ou gabinete que contém os componentes principais, como processador, memória e disco rígido, conectados a um monitor, teclado e mouse.

▪ **Laptops (Notebooks):** são computadores portáteis compactos que oferecem as mesmas funcionalidades de um desktop, mas são projetados para facilitar o transporte e o uso em diferentes locais.

▪ **Tablets:** são dispositivos portáteis com tela sensível ao toque, menores e mais leves que laptops, projetados principalmente para consumo de conteúdo, como navegação na web, leitura de livros eletrônicos e reprodução de mídia.

▪ **Smartphones:** são dispositivos móveis com capacidades de computação avançadas, incluindo acesso à Internet, aplicativos de produtividade, câmeras de alta resolução, entre outros.

▪ **Servidores:** são computadores projetados para fornecer serviços e recursos a outros computadores em uma rede, como armazenamento de dados, hospedagem de sites, processamento de e-mails, entre outros.

▪ **Mainframes:** são computadores de grande porte projetados para lidar com volumes massivos de dados e processamento de transações em ambientes corporativos e institucionais, como bancos, companhias aéreas e agências governamentais.

▪ **Supercomputadores:** são os computadores mais poderosos e avançados, projetados para lidar com cálculos complexos e intensivos em dados, geralmente usados em pesquisa científica, modelagem climática, simulações e análise de dados.

CONHECIMENTO E UTILIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS SOFTWARES UTILITÁRIOS (COMPACTADORES DE ARQUIVOS, CHAT, CLIENTES DE E-MAILS, REPRODUTORES DE VÍDEO, VISUALIZADORES DE IMAGEM, ANTIVÍRUS)

Softwares Utilitários

Os softwares utilitários são programas criados para realizar tarefas específicas que auxiliam o funcionamento e a organização dos sistemas computacionais. Eles não executam as funções principais do sistema, como edição de textos ou navegação na internet, mas são fundamentais para garantir segurança, desempenho e praticidade no uso do computador. Abaixo, são descritas as principais categorias desses utilitários, com explicações e exemplos.

Compactadores de Arquivos

São programas utilizados para reduzir o tamanho de arquivos e pastas por meio de compressão. Também podem agrupar vários arquivos em um único pacote. Essa prática facilita o envio por e-mail, o armazenamento e a organização dos dados. Arquivos compactados ocupam menos espaço no disco e podem ser transferidos mais rapidamente. Além disso, é possível protegê-los com senha e dividi-los em partes menores para facilitar o transporte em mídias removíveis.

Exemplos:

- **WinRAR:** Muito usado para compactar e descompactar arquivos nos formatos .rar e .zip. Permite colocar senha e dividir arquivos grandes.
- **7-Zip:** Gratuito e de código aberto. Suporta vários formatos e é conhecido pela eficiência da compressão no formato .7z.
- **WinZip:** Um dos compactadores mais antigos, com interface amigável e recursos extras, como integração com serviços de nuvem.

Programas de Chat

São aplicativos que permitem a comunicação rápida entre usuários, por meio de mensagens de texto, voz ou vídeo. Também permitem o envio de arquivos e links, além de integrarem recursos para reuniões e colaboração. A comunicação instantânea é essencial tanto no uso pessoal quanto no ambiente profissional. Esses programas tornam mais ágil o contato entre pessoas, equipes e setores.

Exemplos:

- **Microsoft Teams:** Muito usado em empresas e instituições de ensino. Suporta chats, chamadas, videoconferências e integração com ferramentas como o Word, Excel e Outlook.
- **Slack:** Voltado ao ambiente corporativo, organiza conversas por canais e integra ferramentas de produtividade e programação.
- **Telegram e WhatsApp Desktop:** Versões para computador dos populares apps de mensagens. Permitem troca de arquivos, chamadas e mensagens em tempo real.

Clientes de e-mail

São programas usados para acessar, enviar e organizar e-mails, sem a necessidade de usar o navegador. Oferecem recursos mais avançados de gerenciamento do que os serviços de webmail. Facilitam a leitura e o envio de mensagens, principalmente quando o usuário possui mais de uma conta. Também oferecem recursos adicionais como agendas, contatos e tarefas.

Exemplos:

- **Microsoft Outlook:** Muito usado em ambientes corporativos. Integra e-mail, calendário, contatos e tarefas em uma única plataforma.
- **Mozilla Thunderbird:** Gratuito e de código aberto, oferece suporte a múltiplas contas e recursos como filtros, pastas e complementos.
- **Mail (macOS):** Cliente nativo dos computadores Apple. Simples e integrado ao sistema, oferece sincronização com outras ferramentas da Apple.

Reprodutores de Vídeo

São programas usados para abrir e assistir a vídeos nos mais variados formatos. Suportam arquivos de mídia armazenados localmente ou transmitidos por rede. Nem todos os formatos de vídeo são compatíveis com os recursos nativos do sistema operacional. Os reprodutores especializados oferecem compatibilidade ampla e mais controle sobre a reprodução.

Exemplos:

- **VLC Media Player:** Suporta quase todos os formatos de vídeo e áudio. Gratuito e muito popular por sua estabilidade e recursos avançados.
- **Windows Media Player:** Reprodutor padrão em versões do Windows. Suporta os formatos mais comuns e é integrado ao sistema.
- **KMPlayer:** Reproduz vídeos em alta definição (HD e 4K), com suporte a legendas e opções avançadas de controle.

Visualizadores de Imagem

São programas utilizados para visualizar fotos e imagens digitais. Alguns oferecem funções básicas de edição e organização. Permitem abrir rapidamente imagens em vários formatos, organizar coleções, e realizar ajustes simples sem a necessidade de softwares profissionais de edição.

Exemplos:

- **Visualizador de Fotos do Windows:** Aplicativo nativo, simples e prático para abrir imagens rapidamente.
- **IrfanView:** Leve, rápido e com suporte a vários formatos de imagem. Também possui ferramentas básicas de edição.
- **FastStone Image Viewer:** Além de visualizar, permite comparar, converter e fazer pequenas edições nas imagens.

Antivírus

São programas que protegem o computador contra vírus e outras ameaças digitais, como malwares, trojans, spywares e ransomwares. Com o aumento de ameaças online, é fundamental manter o computador protegido para evitar perda de dados, invasões e danos ao sistema.

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA; ACONTECIMENTOS HISTÓRICOS E EVOLUÇÃO DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA - BA, SUA SUBDIVISÃO E/OU FRONTEIRAS

FORMAÇÃO HISTÓRICA DE VITÓRIA DA CONQUISTA¹

► Povos indígenas originários

Antes da chegada dos colonizadores europeus, o território onde hoje se localiza Vitória da Conquista era habitado por diversos povos indígenas, com destaque para os Mongoyó (ou Kamakan), Ymboré e Pataxó. Esses grupos pertenciam ao tronco linguístico Macro-Jê e ocupavam uma vasta região conhecida como Sertão da Ressaca, que se estendia entre importantes rios da região.

Cada um desses povos possuía características culturais próprias, com diferenças em seus modos de vida, organização social e práticas econômicas. Essa diversidade revela a riqueza sociocultural existente antes do processo de colonização.

► Organização social, cultura e modos de vida

Os povos indígenas da região apresentavam formas distintas de organização e subsistência. Enquanto alguns grupos eram mais sedentários, outros adotavam hábitos mais itinerantes, deslocando-se conforme a disponibilidade de recursos naturais.

Para compreender melhor essas diferenças, é importante observar alguns aspectos característicos desses povos:

- Os Mongoyó eram mais fixos territorialmente, praticavam agricultura, artesanato e possuíam forte valorização cultural e estética
- Os Ymboré (Botocudos) tinham tradição guerreira, viviam da caça e pesca e utilizavam adornos corporais marcantes
- Os Pataxó praticavam caça e coleta, com menor quantidade de registros históricos sobre seus costumes

Essas sociedades organizavam o trabalho de forma coletiva e, em muitos casos, dividida por gênero, além de manterem práticas culturais e religiosas próprias, fundamentais para sua identidade.

► Conflitos entre povos indígenas

Antes mesmo da chegada dos europeus, já existiam conflitos entre os diferentes grupos indígenas. Esses confrontos estavam relacionados principalmente à sobrevivência e ao acesso a recursos naturais, como áreas de caça, pesca e coleta.

É importante destacar que, diferentemente da lógica de propriedade privada introduzida posteriormente pelos colonizadores, esses conflitos não tinham como objetivo a posse permanente da terra, mas sim a garantia de subsistência dos grupos.

Assim, o território era visto como um meio de sobrevivência coletiva, e não como um bem econômico individual.

► Chegada dos colonizadores portugueses

A presença europeia na região está diretamente associada à expansão territorial promovida pela Coroa Portuguesa, bem como à busca por riquezas minerais, especialmente ouro. Esse movimento de interiorização levou bandeirantes e colonizadores a avançarem sobre áreas anteriormente ocupadas pelos povos indígenas.

Um dos principais responsáveis por esse processo foi João Gonçalves da Costa, figura central na história da região. Sua atuação marcou o início da ocupação efetiva do território, que culminaria na formação do Arraial da Conquista.

► Processo de ocupação e formação do Arraial da Conquista

A ocupação do território ocorreu de forma gradual, mas marcada por intensos conflitos com os povos indígenas. Mesmo não tendo encontrado as riquezas minerais esperadas, os colonizadores passaram a explorar outras atividades econômicas, como a pecuária.

Esse processo resultou na fundação do Arraial da Conquista, que inicialmente consistia em uma pequena povoação com estrutura limitada, composta por uma igreja e algumas residências.

A formação desse núcleo urbano representou o início da transformação do território, que, ao longo do tempo, deixaria de ser predominantemente indígena para se tornar um espaço de colonização e desenvolvimento econômico.

¹ <https://www.pmvc.ba.gov.br/>

CONFLITOS, COLONIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÕES TERRITORIAIS

► **Atuação de João Gonçalves da Costa**

A ocupação efetiva do território que viria a se tornar Vitória da Conquista está diretamente associada à atuação de João Gonçalves da Costa. Esse personagem histórico, ligado à expansão territorial portuguesa, teve papel decisivo no processo de desbravamento do Sertão da Ressaca.



João Gonçalves da Costa¹

Movido inicialmente pela busca por metais preciosos, especialmente ouro, João Gonçalves chegou à região após o esgotamento de áreas mineradoras em outras localidades. Mesmo não encontrando riqueza mineral significativa, estabeleceu-se na região, iniciando o processo de ocupação e fundação do Arraial da Conquista.

Sua trajetória revela um aspecto importante da colonização: a substituição da atividade mineradora por atividades agropecuárias, especialmente a criação de gado.

► **Conflitos com os povos indígenas**

A presença dos colonizadores portugueses provocou intensos conflitos com os povos indígenas que habitavam a região. Esses confrontos foram marcados por resistência indígena e por estratégias de dominação por parte dos colonizadores.

Inicialmente, os Ymboré foram os principais opositores à ocupação territorial. Conhecidos por sua bravura, resistiram fortemente à invasão de suas terras. No entanto, acabaram sendo derrotados, escravizados e submetidos à violência colonial.

Posteriormente, os Pataxó também enfrentaram os colonizadores, mas foram obrigados a se deslocar para outras regiões, reduzindo significativamente sua presença no território original.

► **Estratégias de dominação e impactos sociais**

A colonização não se limitou ao confronto direto. Os portugueses utilizaram diversas estratégias para consolidar seu domínio sobre o território e sobre os povos indígenas.

Essas estratégias foram fundamentais para a ocupação, mas tiveram consequências profundamente negativas para as populações originárias. Entre elas, destacam-se:

- Alianças estratégicas com determinados grupos indígenas para combater outros
- Escravização de populações indígenas derrotadas
- Uso de doenças como forma indireta de extermínio
- Destruição de modos de vida tradicionais e imposição de novas formas de trabalho

Essas práticas resultaram na desestruturação social, cultural e demográfica dos povos indígenas da região.

► **Episódios históricos marcantes**

Entre os eventos mais emblemáticos desse período, destaca-se o chamado “Banquete da Morte”, ocorrido no início do século XIX. Esse episódio ilustra a violência e a traição presentes no processo de colonização.

Segundo os relatos históricos, indígenas Mongoyó foram convidados para uma suposta celebração de paz. Durante o evento, após serem embriagados, foram cercados e massacrados por soldados portugueses, incluindo mulheres e crianças.

Esse acontecimento simboliza o fim da resistência organizada de alguns grupos indígenas e evidencia o caráter brutal da ocupação territorial.

► **Formação econômica inicial e transformação do território**

Com a consolidação do domínio colonial, o território passou por profundas transformações. A economia local, inicialmente voltada à exploração mineral, passou a se basear na pecuária.

A introdução da criação de gado provocou mudanças significativas na paisagem natural, com a derrubada de matas para a formação de pastagens. Além disso, a região passou a integrar rotas comerciais importantes, especialmente para o transporte de gado.

Esse novo modelo econômico contribuiu para:

- Expansão da ocupação territorial
- Formação de propriedades rurais extensas
- Integração da região a circuitos comerciais mais amplos
- Consolidação de uma estrutura social baseada na propriedade e no trabalho forçado

Essas transformações marcaram o início de um novo ciclo histórico, no qual o território deixou de ser predominantemente indígena para se tornar um espaço de exploração econômica colonial.

¹ https://pt.wikipedia.org/wiki/Vit%C3%B3ria_da_Conquista

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

DESAFIOS E PERSPECTIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA

A Administração Pública diante das transformações sociais

A Administração Pública Contemporânea enfrenta um cenário marcado por mudanças sociais, econômicas, tecnológicas, culturais e políticas que transformam profundamente a relação entre Estado e sociedade. Em um contexto de demandas cada vez mais complexas, a gestão pública não pode ser compreendida apenas como um conjunto de procedimentos burocráticos voltados à execução de normas. Ela precisa ser vista como uma prática social, política e administrativa orientada à garantia de direitos, à promoção da cidadania e à construção de respostas efetivas para os problemas coletivos.

Nas zonas urbanas e rurais, os desafios da Administração Pública assumem formas distintas, embora estejam relacionados a um mesmo princípio: a necessidade de assegurar condições dignas de vida para toda a população. Nas cidades, a concentração populacional, a desigualdade social, a precariedade de serviços em determinados territórios, a mobilidade urbana, a violência, o acesso à educação, à saúde e à assistência social exigem planejamento e capacidade de articulação. Já nas áreas rurais, os desafios envolvem distâncias territoriais, dificuldade de acesso a equipamentos públicos, carência de transporte, conectividade limitada, permanência dos sujeitos no campo, valorização da cultura local e garantia de políticas públicas adequadas às especificidades dessas comunidades.

Nesse cenário, a Administração Pública precisa superar práticas tradicionais baseadas apenas na centralização de decisões, no excesso de formalismo e na distância entre governo e população. A contemporaneidade exige uma gestão mais participativa, transparente, eficiente, democrática e sensível às realidades locais. Isso significa que administrar o público não é somente aplicar recursos ou cumprir normas, mas compreender necessidades humanas concretas, organizar prioridades, dialogar com a sociedade e avaliar continuamente os resultados das ações desenvolvidas.

A presença do pedagogo nesse debate é relevante, pois a Administração Pública também se expressa nos espaços educativos, nas políticas sociais e nos processos de formação cidadã. O pedagogo que atua em zonas urbanas ou rurais precisa compreender que a escola, os projetos sociais, os conselhos, os programas públicos e as ações comunitárias fazem parte de uma rede maior de proteção, desenvolvimento e participação social. Sua atuação pode contribuir para aproximar a gestão pública das necessidades da comunidade, fortalecendo práticas de escuta, inclusão, planejamento pedagógico e construção coletiva de soluções.

Portanto, discutir os desafios e perspectivas da Administração Pública Contemporânea significa refletir sobre o papel do Estado em uma sociedade desigual, plural e em constante transformação. Significa também reconhecer que a qualidade da gestão pública depende não apenas de leis, estruturas e recursos, mas de pessoas, valores, compromisso ético e capacidade de atuação integrada. Uma Administração Pública voltada ao bem comum deve ser capaz de reconhecer diferenças, reduzir desigualdades, promover acesso a direitos e construir políticas que respeitem tanto as especificidades urbanas quanto as rurais.

► O papel da Administração Pública na garantia de direitos

A Administração Pública tem como uma de suas principais finalidades organizar os meios necessários para que os direitos sociais sejam concretizados na vida da população. Direitos como educação, saúde, assistência social, moradia, transporte, cultura, segurança e acesso à informação não se realizam apenas por estarem previstos em normas. Eles dependem de políticas públicas planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas de forma responsável. Nesse sentido, a Administração Pública é o instrumento por meio do qual o Estado transforma princípios legais em ações concretas.

Em uma sociedade marcada por desigualdades históricas, a função social do Estado torna-se ainda mais importante. A gestão pública precisa considerar que nem todos os grupos sociais partem das mesmas condições. Crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiência, populações do campo, comunidades tradicionais, famílias em situação de vulnerabilidade e moradores de regiões periféricas enfrentam barreiras específicas para acessar serviços e oportunidades. Por isso, administrar o público exige olhar atento para as desigualdades e compromisso com a equidade.

A equidade não significa tratar todos exatamente da mesma forma, mas oferecer condições diferenciadas quando necessário para que todos tenham acesso real aos direitos. No campo educacional, por exemplo, uma escola localizada em área rural pode demandar transporte escolar adequado, calendário sensível às características locais, valorização da cultura camponesa, acesso à tecnologia e formação específica para os profissionais. Já uma escola em área urbana pode enfrentar desafios relacionados à superlotação, violência no entorno, evasão escolar, vulnerabilidade social e falta de integração entre escola, família e comunidade.

O atendimento às necessidades da população urbana e rural exige planejamento público baseado no conhecimento da realidade. A gestão não pode se limitar a decisões tomadas de forma distante dos territórios. É necessário ouvir a comunidade, conhecer indicadores sociais, mapear demandas, identificar prioridades e construir ações compatíveis com cada contexto. Uma política pública que ignora as características locais tende a ser pouco efetiva, pois não dialoga com a vida concreta das pessoas.

A Administração Pública democrática também deve garantir participação social. A população não deve ser vista apenas como usuária passiva dos serviços públicos, mas como sujeito de direitos e participante das decisões coletivas. Conselhos, fóruns, conferências, audiências públicas, reuniões comunitárias e espaços escolares de participação são mecanismos importantes para aproximar governo e sociedade. Esses espaços permitem que as necessidades sejam apresentadas, que as decisões sejam discutidas e que a população acompanhe a execução das políticas.

Nesse processo, o pedagogo pode assumir papel relevante, especialmente quando atua em instituições educacionais, projetos sociais ou órgãos públicos voltados à formação humana. Sua contribuição está na capacidade de organizar processos educativos, mediar diálogos, interpretar demandas sociais e promover práticas participativas. A educação, nesse sentido, não se restringe à sala de aula. Ela também acontece quando a comunidade aprende a reivindicar direitos, acompanhar políticas públicas e participar das decisões que afetam sua vida.

Assim, o papel da Administração Pública na garantia de direitos está diretamente relacionado à construção de uma sociedade mais justa. Uma gestão pública comprometida com o bem comum precisa articular eficiência administrativa, sensibilidade social e responsabilidade ética. Não basta executar ações de forma mecânica. É preciso perguntar se essas ações chegam a quem mais precisa, se produzem resultados concretos, se respeitam a diversidade dos territórios e se fortalecem a cidadania.

► Principais desafios da Administração Pública Contemporânea

A Administração Pública Contemporânea enfrenta desafios que exigem capacidade de adaptação, planejamento e compromisso com a transformação social. Um dos problemas mais conhecidos é a burocracia excessiva. Embora regras, registros e procedimentos sejam necessários para garantir legalidade, controle e transparência, o excesso de formalismo pode tornar os serviços lentos, distantes e pouco acessíveis à população. Quando o cidadão precisa enfrentar longas filas, preencher muitos documentos, repetir informações e aguardar respostas demoradas, a Administração Pública deixa de cumprir adequadamente sua função social.

Outro desafio importante é a desigualdade. O Brasil apresenta diferenças profundas entre regiões, municípios, bairros e comunidades. Essas desigualdades aparecem no acesso à escola, à saúde, ao saneamento, ao transporte, à internet, à cultura e a outros serviços essenciais. A gestão pública contemporânea precisa reconhecer que as políticas públicas não produzem os mesmos efeitos em todos os lugares. Uma ação pensada para uma região central urbana pode não atender às necessidades de uma comunidade rural distante. Da mesma forma, uma política geral pode não alcançar grupos que vivem em situação de maior vulnerabilidade.

As limitações orçamentárias também representam um obstáculo significativo. Os recursos públicos são finitos, enquanto as demandas sociais são amplas e crescentes. Por isso, a gestão pública precisa planejar com responsabilidade, definir prioridades, evitar desperdícios e buscar integração entre diferentes áreas. Educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, habitação e meio ambiente não devem atuar de forma isolada. Muitas vezes, os problemas vividos pela população são interligados e exigem

respostas conjuntas. Uma criança com dificuldades escolares, por exemplo, pode estar enfrentando insegurança alimentar, problemas familiares, falta de transporte ou ausência de acompanhamento de saúde.

A transparência é outro ponto central. A população tem o direito de saber como os recursos são utilizados, quais decisões são tomadas e quais resultados são alcançados. A falta de transparência enfraquece a confiança nas instituições e abre espaço para práticas inadequadas. Por isso, a Administração Pública precisa investir em mecanismos de prestação de contas, divulgação clara de informações e fortalecimento do controle social. Transparência não é apenas publicar dados de forma técnica, mas torná-los compreensíveis e acessíveis ao cidadão.

A ética no serviço público também é um desafio permanente. O agente público deve atuar com responsabilidade, impessoalidade, honestidade e compromisso com o interesse coletivo. Quando interesses particulares se sobrepõem ao bem comum, a Administração Pública perde legitimidade. A corrupção, o clientelismo, o favorecimento pessoal e o uso inadequado dos recursos públicos prejudicam especialmente os grupos mais vulneráveis, que dependem dos serviços públicos para acessar direitos básicos.

Além desses desafios, a gestão pública precisa lidar com as mudanças tecnológicas. A digitalização de serviços pode facilitar o acesso, reduzir filas e ampliar a eficiência. No entanto, também pode excluir pessoas que não têm acesso à internet, equipamentos adequados ou conhecimento para utilizar plataformas digitais. Esse problema é especialmente relevante em áreas rurais e em regiões urbanas periféricas. Portanto, modernizar a Administração Pública exige combinar inovação com inclusão.

Diante desses desafios, a perspectiva contemporânea de gestão pública deve buscar equilíbrio entre eficiência e humanidade. A Administração Pública precisa ser técnica, planejada e responsável, mas também precisa ser acolhedora, acessível e sensível às diferenças sociais. O objetivo final não deve ser apenas cumprir metas administrativas, mas melhorar a vida das pessoas. Para isso, é necessário fortalecer a formação dos servidores, ampliar a participação social, usar dados de forma inteligente e construir políticas públicas conectadas às realidades dos territórios.

► Administração Pública, participação social e controle democrático

A participação social é um dos elementos fundamentais da Administração Pública Contemporânea. Em uma sociedade democrática, as decisões públicas não devem ser tomadas apenas por gestores e técnicos, sem diálogo com a população. A comunidade precisa ter oportunidade de expressar suas necessidades, apresentar propostas, acompanhar ações e fiscalizar o uso dos recursos públicos. Isso fortalece a legitimidade das políticas e contribui para que elas sejam mais coerentes com a realidade.

Os conselhos de políticas públicas são exemplos importantes de participação social. Conselhos de educação, saúde, assistência social, alimentação escolar, direitos da criança e do adolescente, entre outros, permitem que representantes do poder público e da sociedade civil discutam prioridades, acompanhem programas e exerçam controle sobre determinadas ações. Quando funcionam de maneira efetiva, esses espaços ajudam a aproximar a Administração Pública da população e impedem que as decisões fiquem concentradas em poucos grupos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA, PRINCÍPIOS, CONCEPÇÕES E POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008.

POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

I – APRESENTAÇÃO

O movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis, e que avança em relação à idéia de equidade formal ao contextualizar as circunstâncias históricas da produção da exclusão dentro e fora da escola.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas.

Nesta perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial apresenta a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, que acompanha os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos.

II - MARCOS HISTÓRICOS E NORMATIVOS

A escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de um grupo, uma exclusão que foi legitimada nas políticas e práticas educacionais reprodutoras da ordem social. A partir do processo de democratização da educação se evidencia o paradoxo inclusão/

exclusão, quando os sistemas de ensino universalizam o acesso, mas continuam excluindo indivíduos e grupos considerados fora dos padrões homogeneizadores da escola. Assim, sob formas distintas, a exclusão tem apresentado características comuns nos processos de segregação e integração que pressupõem a seleção, naturalizando o fracasso escolar.

A partir da visão dos direitos humanos e do conceito de cidadania fundamentado no reconhecimento das diferenças e na participação dos sujeitos, decorre uma identificação dos mecanismos e processos de hierarquização que operam na regulação e produção das desigualdades. Essa problematização explicita os processos normativos de distinção dos alunos em razão de características intelectuais, físicas, culturais, sociais e linguísticas, entre outras, estruturantes do modelo tradicional de educação escolar.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência.

No Brasil, o atendimento às pessoas com deficiência teve início na época do Império com a criação de duas instituições: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século

XX é fundado o Instituto Pestalozzi - 1926, instituição especializada no atendimento às pessoas com deficiência mental; em 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff.

Em 1961, o atendimento educacional às pessoas com deficiência passa ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº. 4.024/61, que aponta o direito dos “excepcionais” à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

A Lei nº. 5.692/71, que altera a LDBEN de 1961, ao definir ‘tratamento especial’ para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, não promove a organização de um sistema de ensino capaz de atender as necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

Em 1973, é criado no MEC, o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, responsável pela gerência da educação especial no Brasil, que, sob a égide integracionista, impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação; ainda configuradas por campanhas assistenciais e ações isoladas do Estado.

Nesse período, não se efetiva uma política pública de acesso universal à educação, permanecendo a concepção de ‘políticas especiais’ para tratar da temática da educação de alunos com deficiência e, no que se refere aos alunos com superdotação, apesar do acesso ao ensino regular, não é organizado um atendimento especializado que considere as singularidades de aprendizagem desses alunos.

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

O Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº. 8.069/90, artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados, ao determinar que “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Também, nessa década, documentos como a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca (1994), passam a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva.

Em 1994, é publicada a Política Nacional de Educação Especial, orientando o processo de ‘integração instrucional’ que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”. (p.19). Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial.

A atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei nº 9.394/96, no artigo 59, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado” (art. 24, inciso V) e “[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (art. 37).

Em 1999, o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89, ao dispor sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

Acompanhando o processo de mudanças, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinam que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

As Diretrizes ampliam o caráter da educação especial para realizar o atendimento educacional especializado complementar ou suplementar a escolarização, porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, não potencializa a adoção de uma política de educação inclusiva na rede pública de ensino prevista no seu artigo 2º.

O Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 10.172/2001, destaca que “o grande avanço que a década da educação deveria produzir seria a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana”. Ao estabelecer objetivos e metas para que os sistemas de ensino favoreçam o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, aponta um déficit referente à oferta de matrículas para alunos com deficiência nas classes comuns do ensino regular, à formação docente, à acessibilidade física e ao atendimento educacional especializado.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Esse Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.

Na perspectiva da educação inclusiva, a Resolução CNE/CP nº1/2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, define que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais.

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

A Portaria nº 2.678/02 aprova diretriz e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Então não pare por aqui: a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

EU QUERO DESCONTO!